



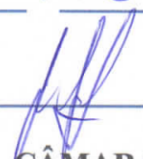
ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
União E Amor Por Aracoiaba

AUTÓGRAFO Nº 46/2022

APROVADO

EM 09 / 03 / 2022

Aprova o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Aracoiaba, e dá outras providências.


A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA**, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Aracoiaba constante do documento anexo, com vigência até 2032, que visa ao atendimento dos direitos da criança de até 6 anos de idade.

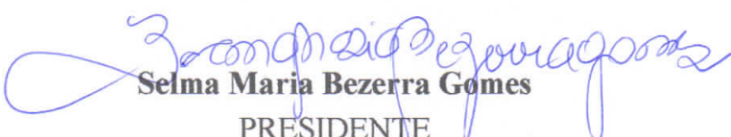
Art. 2º - Do Plano Municipal pela Primeira Infância referido no caput do art. 1º, constam os princípios e diretrizes, o diagnóstico da Primeira Infância no Município, as ações finalísticas, as ações meio e as diretrizes para a alocação dos recursos financeiros, o monitoramento e a avaliação dos resultados.

§ 1º - As ações finalísticas tratam dos temas dispostos no plano em anexo;

§ 2º - As ações meio tratam da comunicação, da formação dos profissionais que atuam no atendimento de crianças e das diretrizes para a alocação dos recursos financeiros para a execução do PMPI-Aracoiaba.

Art. 3º - As ações constantes do PMPI-Aracoiaba ficam incorporadas ao Plano Plurianual como ações transversais aos objetivos, metas e programas do PPA.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA, aos 09 de março de 2022.


Selma Maria Bezerra Gomes
PRESIDENTE



Plano Municipal pela Primeira Infância



ARACOIABA
2022



Prefeito

Thiago Campêlo Nogueira

Vice-prefeito

Francisco Helder Loureiro Paz

Comitê Gestor da Primeira Infância

Ana Juçara Alves – Assistência Social

Antônia Elane Sousa do Nascimento – Educação

Ellen Karla da Silva Melo – Assistência Social

Marcelo Barros da Silva – Meio Ambiente

Maria Meirylyce de Oliveira – Saúde

Programa Criança Feliz

Antonia Rosany de Sousa Silva – Coordenadora

Ellen Karla da Silva Melo – Supervisora

Equipe técnica

Francisca Jocineide de Alencar Silva

Paulo Giuseppe Pineo Araujo

Secretaria de Proteção Social e Cidadania

Kátia Lúcia Marques de Menezes

Secretaria de Saúde

Valdson Freitas de Aquino

Secretaria de Educação

Marilene Campêlo Nogueira

Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente

José Jailson de Lima

Poder Legislativo

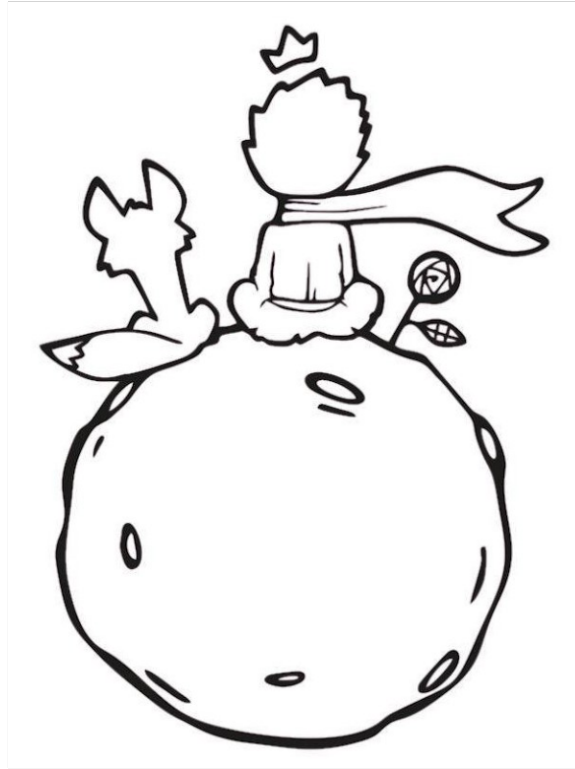
Sociedade Civil

Coordenação para elaboração do PMPI
Ellen Karla da Silva Melo

Plano Municipal pela Primeira Infância 2022 - 2032

Elaborado pelo Comitê Gestor de Aracoiaba
Aprovado pelo CMDCA em XXXXX de 2022

Coordenação
Comitê Gestor de Aracoiaba



*“Foi o tempo que
dedicaste à tua rosa que a
fez tão importante”*

O Pequeno Príncipe

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	05
2	MARCO SITUACIONAL.....	07
2.1	Contexto histórico da Primeira Infância em Aracoiaba	07
2.2	Contexto atual da Primeira Infância no Município (assistência, saúde, educação e meio ambiente)	08
2.2.1	<i>Saúde</i>	08
2.2.2	<i>Educação</i>	10
2.2.3	<i>Assistência Social</i>	11
2.2.4	<i>Meio Ambiente</i>	16
3	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	18
3.1	Princípios	19
3.2	Diretrizes.....	20
4	METODOLOGIA PMPI	22
5	DIAGNÓSTICO.....	25
5.1	Visão territorial da vulnerabilidade	26
5.2	Indicadores da Saúde	28
5.3	Indicadores da Educação	30
5.4	Indicadores da Assistência Social	32
5.5	Outros indicadores.....	34
5.6	Participação das crianças	36
6	EIXOS TEMÁTICOS: AÇÕES, METAS, ESTRATÉGIAS (INDICADORES).....	39
6.1	Eixo Estratégico 1: Crianças com Saúde.....	39
6.2	Eixo Estratégico 2: Educação Infantil	40
6.3	Eixo Estratégico 3: Assistência social a crianças e suas famílias.....	41
6.4	Eixo Estratégico 4: A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente.	42
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS	45
	ANEXOS	47

1 - INTRODUÇÃO

O Plano Municipal pela Primeira Infância é um instrumento político e técnico que, através de um diagnóstico inicial, é realizado por profissionais intersetoriais que atuam diretamente com a primeira infância no município, tendo como fundamentação teórica os direitos e deveres da criança, o Marco Lógico (2016) e o Plano Nacional pela Primeira Infância (aprovado pelo CONANDA em 2010 e atualizado em 2020). Possibilita, assim, uma visão holística e integrada da criança na faixa etária de até 6 anos de idade. Esse instrumento é de suma importância para a construção de políticas públicas municipais e sua concretização, por ser um documento democrático e participativo dos diversos setores.

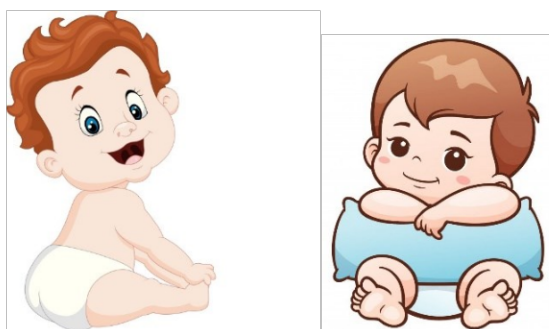
O Município de Aracoiaba elaborou o presente Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) no SUAS para o período 2022 - 2032 de forma participativa e intersetorial entre as secretarias municipais de saúde, assistência social, educação, meio ambiente, infraestrutura, finanças, planejamento, e contou ainda com a participação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes (NUCA), do Programa Criança Feliz e das lideranças comunitárias e outros setores que lhe dizem respeito.

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do Município de Aracoiaba foi construído à luz do Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (BRASIL, 2017), que dispõe sobre a importância da construção do Plano Municipal pela Primeira Infância para a potencialização das ações voltadas para a garantia dos direitos da criança nos seus primeiros 6 anos de vida, contendo ações, projetos e metas a serem executados nos próximos 10 anos:

Um Plano Municipal pela Primeira Infância induz a um novo olhar para as crianças, em sua diversidade, territorialidade e cultura. Considera a potencialidade de desenvolvimento e aprendizagem dos primeiros seis anos de vida. Vê, com dados quantitativos e qualitativos, suas necessidades, avalia as possibilidades de governo melhorar as condições de vida, de crescimento e dinamização do potencial humano das crianças e estabelece objetivos e metas para

serem realizados no decurso dos próximos dez anos. (BRASIL, 2017, p. 18).

Considerando o Marco Legal da Primeira Infância (MLPI), a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, constituída sobre os princípios da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Convenção das Nações Unidas, o Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI) foi elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 2010, tendo como diretrizes fundamentais garantir a inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos, de forma integral, às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade. Além disso, são documentos importantes de um olhar mais sensível aos cuidados e proteção ao processo de desenvolvimento das crianças.



O Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracoiaba foi desenhado de forma intersetorial, almejando esse mesmo olhar afetoso e holístico de todas as áreas que compõem as políticas públicas existentes no município. Outrossim, assegura a inclusão de escuta das crianças no processo do qual elas fazem parte.

Este Plano atribui importância capital à concepção de criança e de infância na sua dimensão singular e na dimensão coletiva da infância, com o olhar aberto para a diversidade das crianças e para a diversidade de cada infância.

2 - MARCO SITUACIONAL

2.1 - Contexto histórico da Primeira Infância em Aracoiaba

Aracoiaba está localizada na região do Maciço de Baturité, a 75 km de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Com uma população estimada em 2021 de 26.600 habitantes, segundo o IBGE (2021), estima-se que 2.300 são crianças de até seis anos. Nas últimas quatro décadas, percebemos que Aracoiaba vem ampliando sua atenção à primeira infância, através da execução de políticas públicas voltadas a atender qualitativamente as demandas existentes no município.

Inicialmente, reportamo-nos às atividades realizadas em meados da década de 1980, no século passado, em que predominava um cenário desolador decorrente de um alto índice de mortalidade infantil e a inexistência de políticas públicas eficazes para diminuir a mortalidade infantil.

No início dos anos 1990, houve a implantação do então Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que passou a realizar ações com vistas ao crescimento e desenvolvimento infantil e, principalmente, intensificando as campanhas de imunização, incentivo ao aleitamento materno e consultas de pré-natal. Vale ressaltar que, concomitante com a implantação do PACS no município de Aracoiaba, percebeu-se também as ações da Igreja Católica, através da Pastoral da Criança, que, além de realizar atividades de acompanhamento ao crescimento e o desenvolvimento das crianças de zero a seis anos, havia também o incentivo ao consumo de alimentos ricos em fibras, ferro e potássio existentes em produtos provenientes da agricultura familiar.

No que se refere às ações de garantia de direitos, no ano de 1991 foi empossado o primeiro Conselho Tutelar de Aracoiaba, eleito através do voto direto dos munícipes. Esse fato levou ao conhecimento, discussão e divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para a sociedade civil aracoiabense.

Após a promulgação da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social ou Lei 8.742/93), os primeiros serviços voltados para a primeira infância começaram a ser implementados oficialmente na Secretaria de Assistência Social de Aracoiaba, tais como os benefícios eventuais referentes ao auxílio natalidade e as ações socioeducativas voltadas às famílias com crianças de zero a seis anos de idade em situação de pobreza.

No início do século XXI, houve o compromisso do Brasil em assinar na ONU o documento “UM MUNDO PARA AS CRIANÇAS”, que expressa o compromisso do país com os seguintes princípios: 1. Colocar as crianças em primeiro lugar; 2. Erradicar a pobreza – investir na infância; 3. Não abandonar nenhuma criança; 4. Cuidar de cada criança; 5. Educar cada criança; 6. Proteger as crianças da violência e da exploração; 7. Proteger as crianças da guerra; 8. Combater o HIV/AIDS (proteger as crianças); 9. Ouvir as crianças e assegurar sua participação; 10. Proteger a Terra para as crianças. Percebemos, a partir desse ato, a adesão e intensificação dos programas de transferência de renda em Aracoiaba, através do Programa Bolsa Família (PBF) e dos serviços técnicos ofertados pelos CRAS e CREAS, para o cumprimento das condicionalidades dos programas de transferência de renda.

Já na segunda década dos anos dois mil, vislumbramos a efetivação dos serviços, benefícios, programas e projetos executados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a implantação do Programa Mais Infância e o Primeira Infância no SUAS (Criança Feliz), que atualmente atende a 300 famílias no município de Aracoiaba.

2.2 - Contexto atual da Primeira Infância no Município (assistência, saúde, educação e meio ambiente)

2.2.1 - Saúde

Ordem	Ações	Metas e objetivos	Responsabilidade	Local e periodicidade
1	Acompanhamentos de gestantes (pré-natal)	Deteção precoce de patologias, tanto maternas como fetais; acompanhamento	Enfermeiro Médico Dentista	* Unidade Básica de Saúde (UBS) * mensal

		vacinal e odontológico		
2	Puericultura	Fomentar o aleitamento materno; avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor; cuidados preventivos; promover o bem-estar nos primeiros meses de vida	Enfermeiro Agentes Comunitários de Saúde (ACS) Dentista	* UBS * mensal
3	Escovação dental supervisionada + aplicação tópica de flúor	Avaliação do estado de saúde bucal e escovação dental supervisionada, para evitar futuras doenças e promover um sorriso perfeito	Cirurgião-dentista Auxiliar de Saúde Bucal (ASB) Técnico de Saúde Bucal (TSB)	* Nas escolas (Programa Saúde na Escola - PSE) * de 6 em 6 meses
4	Promoção da segurança alimentar e da nutrição e da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil	Promover o crescimento, o desenvolvimento e prevenir problemas de saúde, tais como a anemia por deficiência de ferro e a obesidade	Nutricionistas	* Nas escolas (PSE) * de 6 em 6 meses
5	Verificação de situação vacinal	Promover a conscientização da importância da vacinação e da atualização da caderneta vacinal; melhorar os indicadores de cobertura vacinal; prevenir e controlar doenças imunopreveníveis	ACS Enfermeiros Técnicos de enfermagem (vacinadores)	* UBS e escolas * de acordo com o calendário vacinal
6	Realizar avaliação antropométrica (PSE)	Acompanhar o crescimento e a saúde da criança, na detecção precoce de distúrbios nutricionais, seja desnutrição, seja obesidade	Nutricionistas Educadores físicos	* Nas escolas (PSE) * de 6 em 6 meses
7	Acompanhamento mensal do peso	Acompanhar o desenvolvimento nutricional, cumprimento de uma das condicionalidades do Programa do Governo (Bolsa Família)	ACSs	* Unidade de saúde ou domiciliar * mensal
8	Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração (PSE)	Promover a conscientização da importância da triagem auditiva (teste da orelhinha)	Fonoaudiólogo Médico Enfermeiros	* Nas escolas (PSE) * de 6 em 6 meses
9	Promoção da saúde ocular e	Promover a conscientização da	Médico Enfermeiro	* Nas escolas (PSE)

	identificação de educandos com possíveis sinais de alteração na visão	importância da triagem ocular na primeira infância		* de 6 em 6 meses
10	Semana do Bebê	Mobilizar os diferentes setores da sociedade em prol da proteção da primeira infância	Equipe multiprofissional da saúde	* UBS *anual

2.2.2 - Educação

A primeira infância é o período da vida da criança desde o nascimento até os seus 5 anos e 11 meses de idade. É um momento considerado essencial para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo da criança, e estudos demonstram que o investimento em políticas públicas para a primeira infância é o mais eficaz para reduzir as desigualdades socioeconômicas na idade adulta.

Os direitos das crianças são garantidos por meio da Constituição Federal, e devem ser uma prioridade do Estado. O direito ao acesso a creches e pré-escolas também é garantido constitucionalmente, e a escolaridade na primeira infância tem grandes impactos sobre as competências afetivas, sociais e cognitivas das crianças, visto que é nessa etapa da vida que o cérebro mais se desenvolve em termos estruturais, contribuindo diretamente para o aprendizado.

Nesse sentido, visando à garantia desses direitos é que o município de Aracoiaba, em consonância com as diretrizes educacionais, atende a modalidades de Creche e Pré-escola. Creche a partir de 2 anos e Pré-escola compreendendo os 4 e 5 anos de vida da criança.

Nosso município entende que a Primeira Infância é importante porque nela se estruturam as bases fundamentais do desenvolvimento humano, tanto físicas como psicológicas, sociais e emocionais, as quais vão consolidando-se e aperfeiçoando-se nas etapas seguintes de desenvolvimento. Pensando nisso é que em nosso PME (Plano Municipal de Educação) priorizamos metas e estratégias essenciais para o desenvolvimento infantil, das quais vale ressaltar, como Meta 1, do vigente plano, a *Meta Universalizar, até 2025, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e*

ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de 3 (três) anos até o final da vigência do PME.

1.1 - Garantir uma estrutura física e humana que possibilite o atendimento de todas as crianças de 0 a 5 anos nas creches;

1.2 - Promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.3 - Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três anos).

Buscamos fazer valer constantemente essas metas, mesmo diante do grande desafio com relação à estrutura física das instituições. Garantimos, por meio do Regime de Cooperação com os municípios MAISPAIC, a formação continuada de professores. E em parceria com a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Educação, mantemos esse elo de proteção à primeira infância. E, sobretudo, fazendo esse monitoramento constante da busca ativa para que nossas crianças permaneçam na escola.

2.2.3 - Assistência Social

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é responsável por executar serviços, programas e projetos sociais que são desenvolvidos pelos governos Federal, Estadual e Municipal. Essas ações visam promover às famílias em situações de vulnerabilidade ou risco social oportunidades de acolhimento, orientação, informação, escuta, encaminhamentos, entrevistas, visitas domiciliares e acompanhamento familiar.

O município de Aracoiaba possui dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): um localizado na sede e o outro no distrito de Ideal, tendo ainda na localidade de Vazantes uma equipe volante prestando atendimento. Seguem abaixo as atividades realizadas atualmente pela equipe:

a) Grupo de gestante: acompanhamento de gestantes pela equipe técnica do CRAS (assistente social e psicólogo), a partir do primeiro mês até o nascimento do bebê. Durante o acompanhamento são feitas orientações sobre direitos e segurança das gestantes e do bebê, registro de nascimento, benefícios eventuais e concessão do benefício do kit bebê a partir do sétimo mês.

b) Acompanhamento realizado pela equipe técnica do CRAS das famílias beneficiadas pelo Cartão Mais Infância, inserção dessas famílias no PAIF e demais programas desenvolvidos pelo município através do CRAS, concessão de benefícios eventuais para combate à fome e à desnutrição de crianças de 0 a 6 anos, acompanhamento da situação vacinal e escolar e encaminhamentos para as secretarias de saúde e educação, quando identificados casos de pendências de vacinas e/ou matrículas. Orientação para as famílias com perfil de BPC. O Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

c) Grupos PAIF: acompanhamento das famílias PAIF com crianças de 0 a 6 anos, com orientações de garantias de direito, proteção social e acesso aos programas e benefícios das políticas públicas da assistência social.

d) Cartão Mais Infância Ceará é um programa de transferência de renda do Governo do Estado que consiste no enfrentamento e na superação da extrema pobreza infantil e da vulnerabilidade social em todo o Ceará. O benefício, no valor de R\$100,00, tem o objetivo de beneficiar as famílias em situação de extrema pobreza que atendam os seguintes critérios: estar inscrita no Cadastro Único, com cadastro atualizado (residentes em Aracoiaba); Ter renda “per capita” familiar de até R\$ 89,00 (oitenta e nove) reais; Ter crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade.

e) Semana do Bebê: A Semana do Bebê ocorreu em dezembro de 2021 no município de Aracoiaba, com o tema “Proteção e Garantias da concepção ao crescimento”. A programação das atividades envolveu toda a sociedade

aracoiabense e uma equipe interdisciplinar, buscando sensibilizar e orientar sobre a importância da proteção e garantia dos direitos dos bebês e crianças até a primeira infância. As atividades envolveram palestras nas Unidades Básicas de Saúde, Capacitações para profissionais da Saúde, Educação e Assistência Social, atividades alusivas à campanha nas creches e escolas municipais, atividades e brincadeiras nas praças, blitz educativa sobre a temática, participação em programas de rádio, mobilização do comércio local, concurso cultural, campanhas nas redes sociais, visitas domiciliares às famílias com crianças de 0 a 6 anos, encontro com gestantes para entrega do kit bebê, entre outras.



f) Programa Criança Feliz no SUAS

O Programa Criança Feliz da Primeira Infância no SUAS é uma ação do Governo Federal que foi instituída através do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016¹, e tem o Marco Legal da Primeira Infância² como base de fundamentação para implantação. O programa tem como finalidade promover o desenvolvimento integral na primeira infância, considerando seu contexto familiar, cultural, social e histórico de vida. A primeira infância é um período que

¹ https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21292775/do1-2016-10-06-decreto-n-8-869-de-5-de-outubro-de-2016-21292718

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm

abrange os seis primeiros anos de vida da criança, entretanto o programa abrange ainda todo o período gestacional da mãe, como forma de fortalecimento da criança bem antes de seu nascimento.

O programa é desenvolvido através de visitas domiciliares de forma semanal e com ações intersetoriais, buscando políticas públicas das áreas sociais, educacional, de saúde, meio ambiente, cultural e de direitos humanos. A Intersetorialidade é alinhada, apoiada, planejada e desenvolvida através do Comitê Gestor Intersetorial Municipal da Primeira Infância. As visitas se baseiam na forma de orientação às famílias acompanhadas pelo programa, em que cada visitador acompanha em média 30 famílias, e assim se organizam de forma sistemática para que todas recebam orientações.

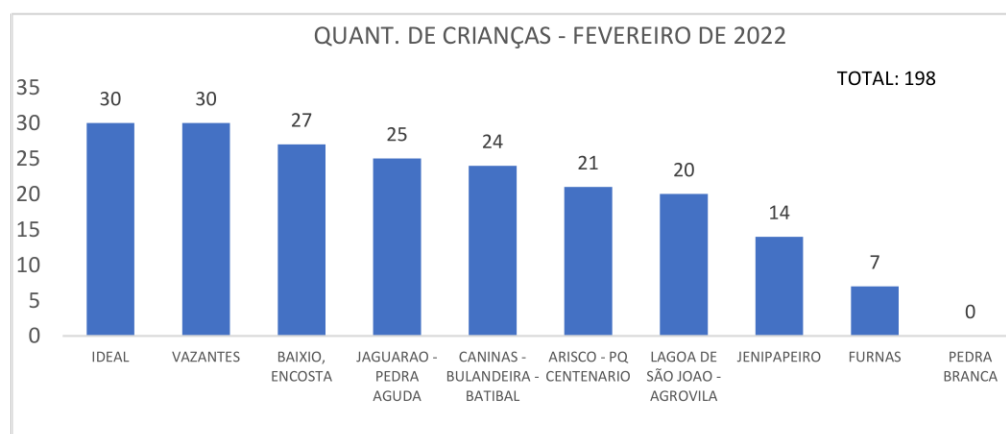
O Programa tem como objetivos promover o desenvolvimento infantil através de acompanhamentos domiciliares; preparar gestantes e as famílias sobre os cuidados com a chegada do bebê; fortalecer os vínculos familiares e de parentalidade, fazendo com que as famílias desempenhem o papel de proteção e cuidado com a criança; fortalecer e mediar as famílias com políticas públicas através da intersetorialidade.

O público participante e prioritário do Programa Criança Feliz no SUAS são famílias em situação de vulnerabilidade social e risco social que se encaixam nos seguintes requisitos:

- 1 - Gestantes, crianças de até 36 (trinta e seis) meses e suas famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- 2 - Crianças de até 72 (setenta e dois) meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC;
- 3 - Crianças de até 72 (setenta e dois) meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias;
- 4 - Crianças de até 72 (setenta e dois) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, que perderam ao menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, durante

o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.³

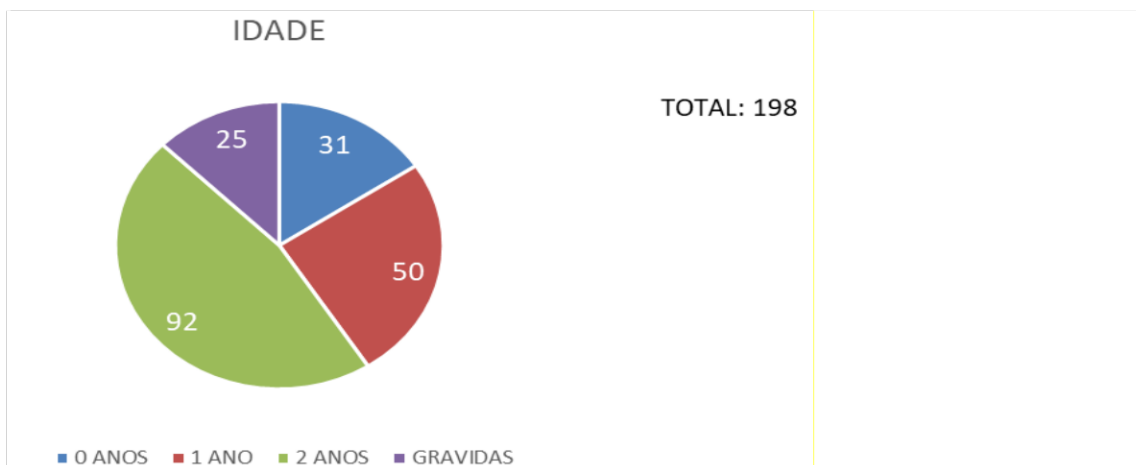
O município de Aracoiaba faz parte do Programa Criança Feliz no SUAS desde sua implementação a nível nacional, em 2017. A equipe responsável pela execução do programa no município é composta de um supervisor (técnico de referência com nível superior) e 5 visitadoras (técnicas de nível médio), com carga horária de 40h/semanais, recebendo orientações e capacitações de forma contínua a nível estadual. O município até o ano de 2021 tinha como meta acompanhar 150 famílias em todo o território municipal. Entretanto, devido ao histórico de desempenho sobre as metas estabelecidas, o município ficou elegível ao aumento de meta para o ano seguinte. Com a assinatura do Termo de Aceite, a meta foi dobrada, passando a ter 300 famílias em acompanhamento, com 10 visitantes, a fim de abranger a atual demanda.



Fonte: Elaboração própria.

Hoje, o Programa atende cerca de 198 famílias, distribuídas em todo o território do município: Agrovila, Lagoa de São João, Furnas, Pedra Branca, Jenipapeiro, Jaguarão, Pedra Aguda, Passagem Funda, Lagoinha, Ideal, Vazantes, Várzea das Pedras, Maguari, Tigipió, Candeia dos Tristões, Caninhas, Bulandeira, entre outros, sendo as regiões de Ideal e Vazantes onde se concentra o grande número de acompanhamento. O público mais atendido está na faixa etária de 2 anos de idade, correspondendo a mais de 50% da meta estabelecida.

³ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-664-de-2-de-setembro-de-2021-343007090>



Fonte: Elaboração própria.

Devido ao processo de expansão de metas, ainda não foi possível atingir o percentual de 100% das famílias que devem receber esse acompanhamento, mas o município vem trabalhando com estratégias para que as famílias participem: busca ativa, roda de conversa, divulgações nas redes sociais da Assistência Social e por meio de encaminhamentos intersetoriais. Assim, o município de Aracoiaba busca fechar a meta de 300 famílias atendidas até o final de março. Como o Programa não oferece transferência de renda, somente acompanhamento através dos dois pilares, como as visitas domiciliares e a intersetorialidade, considera-se que esse possa ser um dos problemas encontrados para conseguir a adesão das famílias.

2.2.4 - Meio Ambiente

Sabendo da importância do ambiente físico para o desenvolvimento infantil, observa-se uma potencialização na aprendizagem quando a criança entra em contato e interage com o meio ambiente que a cerca.

Seguem as atividades realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente do município de Aracoiaba:

Ações	Descrição
Ações nas creches	São oficinas de plantio de mudas, oficinas de vasos ecológicos e oficinas de tinta ecológica
Cinema ambiental	A criança, além de ter a percepção da preservação do meio ambiente, terá também a percepção da melhoria da coordenação motora
Brinquedo-praças	Revitalização e abertura do espaço para plantio de mudas nesses locais; arborização

3 - PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA PRIMEIRA INFÂNCIA

O PMPI é permeado por dois importantes princípios para o atendimento na primeira infância: a prioridade absoluta da criança e a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e famílias na promoção e proteção dos direitos da criança. A prioridade absoluta da criança está disposta no art. 227 da Constituição Federal de 1988, e foi regulamentada e reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no parágrafo único do art. 4º.

No mesmo art. 227 da Constituição Federal de 1988 está definido o princípio da corresponsabilidade da sociedade, das famílias e do poder público pelo desenvolvimento, cuidado e proteção das crianças, e dele decorrem vários direitos regulamentados em lei. Por exemplo, o dever dos pais de prover alimentos aos seus filhos e o dever das empresas de oferecer creche aos filhos de funcionárias ou funcionários.



Acerca da definição dos princípios e das diretrizes para a elaboração e implementação das políticas pela primeira infância, BRASIL (2017) afirma que:

Os princípios são as concepções, o arcabouço teórico que configura a política pela Primeira Infância. As diretrizes são as definições operacionais, isto é, como o Município, por meio de suas diferentes secretarias e instituições, trabalhará no atendimento dos direitos das crianças. (BRASIL, 2017, p. 29).

Os princípios e as diretrizes a seguir orientarão o olhar, a atenção e as ações que visam à proteção e à promoção dos direitos das crianças de até seis anos, indicados por este Plano.

3.1 - Princípios

I Criança sujeito, indivíduo, único, com valor em si mesmo

Este Plano é “para” as crianças. Elas são a razão e o motivo das ações aqui definidas. Portanto, é preciso focar o olhar na pessoa das crianças em suas realidades concretas de vida.

II A diversidade étnica, cultural, de gênero, geográfica

O olhar para as várias infâncias. E é às múltiplas formas de ser criança que as políticas devem ser sensíveis.

III A integralidade da criança

Uma visão holística, integrada, senão imediatamente do “todo”, pelo menos progressivamente mais abrangente, vai ajudar a ver as interrelações ou intersecções que foram artificialmente afastadas como campos específicos de atividades profissionais distintas.

IV A inclusão

Numa sociedade inclusiva, todas as crianças devem dela participar, desde o começo da vida, como sujeitos de pleno direito.

V A integração das visões científica e humanista

Os parâmetros das ciências e a visão humanista devem articular-se nas ações dirigidas à criança.

VI A articulação das ações

A articulação deve ocorrer considerando a diálogo intersetorial, de modo a contribuir da seguinte maneira:

- (a) evita duplicidade,*
- (b) racionaliza a utilização dos recursos públicos, evitando desperdícios e;*
- (c) aumenta a eficiência e a eficácia dos esforços governamentais.*

VII A sinergia das ações

Quando as ações dirigidas às crianças podem ser articuladas no espaço e no tempo, alcançam maior eficiência e eficácia: gasta-se menos e se alcançam resultados mais consistentes.

VIII A prioridade absoluta dos direitos da criança

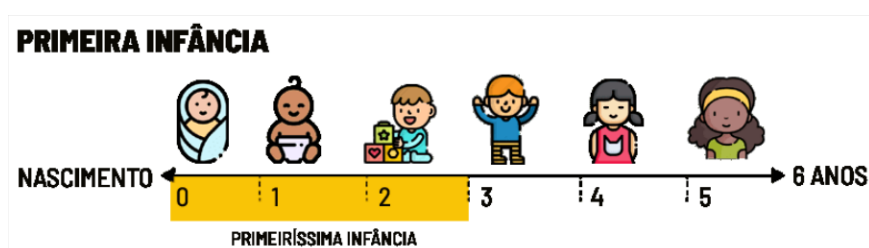
O princípio estampado no art. 227 da Constituição Federal, regulamentado pelo art. 4º do ECA, tem que ser levado às suas consequências.

IX A prioridade da atenção, dos recursos, dos programas e das ações para as crianças socialmente mais vulneráveis

Os direitos afirmados na Convenção dos Direitos da Criança, na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente são de todas as crianças.

X Dever da família, da sociedade e do Estado

A família é a instituição primordial de cuidado e educação da primeira infância, mas a sociedade e o Estado também são responsáveis por suas crianças.



3.2 - Diretrizes

I Atenção à prioridade absoluta dos direitos da criança na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no Plano Plurianual - PPA e no Orçamento.

II Integralidade do Plano, abrangendo todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional.

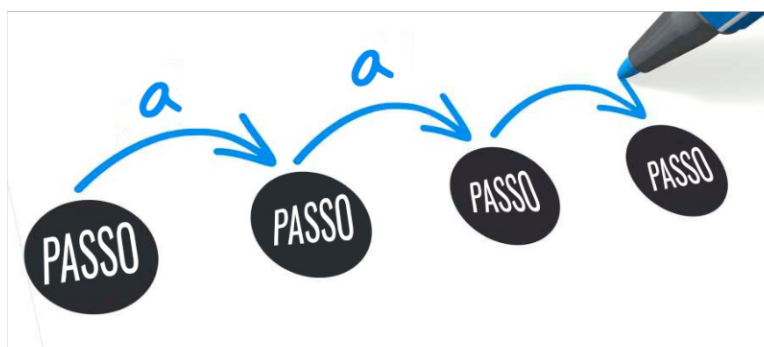
III Multissetorialidade das ações, com o cuidado para que, na base de sua aplicação, junto às crianças, sejam realizadas de forma integrada.

IV Valorização dos processos que geram atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança.

V Valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com as crianças ou cuja atividade tem alguma relação com a qualidade de vida das crianças de até seis anos.

VI Reconhecimento de que a forma como se olha, escuta e atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela; reconhecimento, também, de que a criança capta a mensagem desses sentimentos e valores pela maneira com que é tratada pelos adultos.

4 - METODOLOGIA PMPI



O Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracoiaba foi construído de forma coletiva em 4 etapas, ocorridas no decorrer do ano de 2021, sob orientação do IFAN (Instituto da Infância), que compõe a Rede Nacional da Primeira Infância, e da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará. Foram realizados encontros inicialmente de forma virtual e posteriormente de forma presencial, com a participação dos representantes dos municípios, cuja metodologia está ligada ao conceito de PDCA (sigla para *Plan-Do-Check-Act*, em inglês), uma ferramenta de aprimoramento de gestão que consiste no aperfeiçoamento de atividades para o controle e a melhoria contínua de processos e na solução de problemas.

Na primeira etapa foi apresentado um instrumento situacional, a fim de que a equipe intersetorial pudesse ter como base para o levantamento do diagnóstico municipal. Sua elaboração teve como paradigma central o Plano Nacional pela Primeira Infância: um plano técnico e político, orientador das principais políticas públicas e investimentos na proteção e promoção dos direitos da criança de 0 a 6 anos, agregando as referências do Marco Legal da Primeira Infância. O instrumento constitui-se de 18 ações finalísticas articuladas e defendidas nas políticas, projetos e iniciativas municipais da primeira infância. O grau de ocorrência de um conjunto de indicadores dessas 18 ações finalísticas perfila o Diagnóstico Situacional da Primeira Infância no Município.

Este instrumental é composto por um conjunto de 193 indicadores, abrangendo o maior número possível dessas ações finalísticas, observando-se a diferenciação nos indicadores encontrados em fontes secundárias e/ou fontes primárias. Na sua maioria, os indicadores de fontes primárias não se interrelacionam diretamente com as políticas públicas e ou programas já

implementados e somente induzem a uma percepção inicial do que existe ou não no município. Mas como toda fonte primária, poderá ser aprofundada no município com metodologias de pesquisas afins.

A segunda etapa se deu através da construção, de forma lúdica, de árvores situacionais e setoriais, no intuito de descrever estratégias e desafios a compor o diagnóstico inicial. Esse método permite que seja possível traçar uma visão mais estruturada e analítica com base nos dados já levantados na etapa anterior.

A etapa seguinte foi a definição dos indicadores, estruturando-se as metas, as ações descritas de forma mais detalhada sobre a execução a ser dada, o tempo necessário e os resultados que pretendem ser alcançados com cada objetivo. O Município, enfim, consegue visualizar oportunidades de melhorias entre o que está sendo executado e/ou traçar novas intervenções.

Pronto o Plano, segue em última etapa para ser submetido à aprovação pelo Poder Legislativo Municipal. Sendo aprovado por lei, sua execução é obrigatória e tem garantia de continuidade. Assim aprovado, a Câmara encaminha a lei ao Poder Executivo, que a sanciona. O fato de ser encaminhado ao Prefeito significa que há disposição de colocá-lo em prática.

A prestação de contas para a sociedade acerca dos recursos públicos gastos com as ações da primeira infância ficará sob a responsabilidade da Prefeitura, por meio da publicização de balanços anuais contendo a soma dos gastos destinados para a primeira infância. Vale destacar que o Orçamento municipal proposto para as ações da primeira Infância de Aracoiaba está contido na subseção 5.1 deste plano, que trata da visão territorial da vulnerabilidade.

Dessa forma, o Plano foi construído, debatido pontualmente em todas as secretarias envolvidas com a Primeira Infância. Além disso, tivemos a participação de 40 crianças que compõem o NUCA e que se envolveram nas discussões desse instrumento em setembro do ano passado. É por bem assinalar que este Plano Municipal pela Primeira Infância se baseia no

conceito de criança à luz do que se expressa na subseção 3.2.2 do Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, que preconiza que:

A criança é um mistério de originalidade, surpresa, encantamento, possibilidades e necessidades. Temos muita dificuldade de a apreender em sua totalidade e é por isso que é tão importante somar as visões, as experiências, os conhecimentos que cada setor e cada organização tem da criança. (BRASIL, 2017, p. 26).

Por fim, os resultados alcançados servirão como base para o estabelecimento de metas e indicadores de monitoramento e avaliação das ações com maior eficácia, para melhorar a qualidade de vida da primeira infância municipal.

5 - DIAGNÓSTICO

O município de Aracoiaba - CE possui uma área territorial de 643.988 km², distante 75 km da capital cearense. A população do município é de 26.535 mil habitantes, sendo 12.603 (49,64% da população) do sexo feminino e 12.788 (50,36% da população) do sexo masculino. Os munícipes que residem na Zona Urbana totalizam 13.737 habitantes (54,10% da população) e na Zona Rural apresenta-se um número de 11.654 habitantes (45,90% da população), segundo o IBGE (2021). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, apresentado pela ONU, em 2013, foi de 0,615 (considerando a variação de 0 a 1).

No tocante aos níveis de pobreza, o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) indicava que a maioria da população vive em situação de extrema pobreza, e que, mesmo devido a sua grande expansão territorial, o município condensa a maioria populacional na área urbana, mas que em termos proporcionais, segundo dados do IBGE, a população em extrema pobreza tem maior densidade na área rural, onde famílias possuem residência própria, mas ao longo das gerações essas famílias vão se aglomerando e o território, o espaço doméstico, vai ficando pequeno. Além disso, essas famílias vivem com renda inferior a um salário mínimo. População extremamente pobre (com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00); Urbana: 2.495, (18,16%), Rural: 4.167, (35,76%); Total: 6.662 (26,24%).

Constam inscritas no Cadastro Único dos Programas do Governo Federal (CadÚnico) 4.683 famílias, dessas 1.829 são crianças de até seis anos beneficiárias do Programa Bolsa Família. (Fonte: Secretaria de Proteção Social e Cidadania, 2021)

Os dados a seguir compõem um levantamento através de fontes primárias, como indicadores do último Censo do IBGE, em 2010, e fontes secundárias, por meio das secretarias municipais.

Percebemos que, através dos dados, é possível visualizar e mapear o município e seu contexto de vulnerabilidade e, claro, as oportunidades de melhorias que, por intermédio das políticas públicas, podem ser traçadas.

5.1 - Visão territorial da vulnerabilidade

INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

1. INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS

Informação do Município *1		
Nome *2	ARACOIABA	
Localização *3	NORDESTE	
Macrorregião *4	Baturité	
Microregião *5	Baturité	
Extensão Territorial (km²) *6	643,988 km²	
Divisão Territorial *7	Nome do Distrito	Localização (Urbana/Rural)
	Aracoiaba	Urbana
	Ideal	Rural
	Jaguarão	Rural
	Jenipapeiro	Rural
	Lagoa de São João	Rural
	Milton Belo	Rural
	Pedra Branca	Rural
	Plácido Martins	Rural
	Vazantes	Rural
Número de localidades/comunidades por distrito * 7.1	Nome do Distrito	Número de comunidades/bairros
	Aracoiaba	Sede, Chapada, Umari, Caninhas, Oiticica, Riacho Fundo, Manus Cuper, Assunção, Encosta Baixo, Encosta de Baixo, Visgueiro, Travessão, Nova Passagem
	Ideal	Várzea das Pedras, Andranópolis, Maguari, Arisco dos Barreiros, Barreiros, Boa Vista, Capivara, Currais, Tigipio, Juca, Lagoa Grande, Caruaúbas, Queimadas, Russinho
	Jaguarão	Pedra Aguda, Boa União
	Jenipapeiro	Tristões, Candeia, Canafistola
	Lagoa de São João	Agroviola,
	Milton Belo	Bonito, Bolandeira, Umari do Corrego, Assentamento do Antônio Conselheiro, Umarizeiro, Lagoa Verde, Lagoa Seca, Antônio Manuel, Choro, Humaitá, Boa vista, Furnas, Balança, Lagoinha 1, Lagoinha 2, Alegre,
	Pedra Branca	Juamirim,
	Plácido Martins	Lagoa Nova, Várzea Queimada, Várzea da Abelha, Passagem Funda
	Vazantes	São Camilo, Varjota, Rua do Fogo,

Observação: os itens* 1 a * 7; *17, *19, referem-se ao Estado do Ceará. Para municípios de outros estados, deverão ser buscadas fontes de registro de institutos estaduais.

*[1] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>

*[2] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>

*[3] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>

*[4] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>

*[5] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>

*[6] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

*[7 e 7.1] Fonte: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2013/01/Granja_Br_office.pdf

População no último censo [2010] *8	25.391 pessoas
População estimada [2020] *9	26.535 pessoas
Porte Municipal [2012] *10	Porte I e II
Quantidade de crianças em Primeira Infância (0 a 6 anos) [2012] *11	2.084
IDHM *12	0,615
Região do Brasil *13	Nordeste
UF *14	Ceará
População Indígena [2010] *15	0
População Quilombola *16	0
Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM *17	26,98

*[8] Fonte: IBGE em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

*[9] Fonte: IBGE em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

*[10] Fonte: CEAS em: <http://www.ceas.ce.gov.br/index.php/documentos-importantes?cssfile=principal4.css>

*[11] Fonte: TABNET em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popce.def>

*[12] Fonte: ATLAS BRASIL em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2010

*[13] Fonte: ATLAS BRASIL em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2010

*[14] Fonte: ATLAS BRASIL em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2010

*[15] Fonte: IBGE em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

*[16] Fonte: IBGE em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

*[17] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>

Estimativa do orçamento municipal destinado às ações para a primeira infância *18	Em valores reais (R\$)	Percentual em relação ao total do orçamento municipal	
	R\$140.000,00	016%	
Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no município *19	Setor Econômico	Percentual	
		ano anterior (2017)	ano atual (2018)
	Agricultura	25.652,94	25.243,90
	Indústria	8.288,56	8.250,69
	Serviços	66.403,83	56.831,98
	Impostos	10.480,41	8.096,30

*[18] Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

*[19] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>

1.1. INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS (As tabelas 1.1.1 a 1.1.6, deverão ser preenchidas com dados do último Censo Demográfico do IBGE)

1.1.1 População por situação de domicílio e sexo *20

Divisão Administrativa			Zona Urbana			Zona Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Município Total	3.031.838	3.314.719	6.346.557	-	-	2.105.824	1.088.250	1.017.574

1.1.2 População por grupos de Idade *21

Divisão Administrativa	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 59 anos	Acima de 60 anos
Município Total	644.700	696.243	847.307	846.841	4.507.815	909.475

1.1.3 População por grupos de Idade *22

Divisão Administrativa	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Faixa Etária	-	-	-	-	-	-
0 a 4 anos	235.997	14.804	5.842	386.639	1.415	3
5 a 9 anos	228.155	22.158	7.630	436.608	1.687	5
10 a 14 anos	248.552	32.560	9.794	554.193	2.205	3
15 a 19 anos	250.270	35.202	11.177	548.113	2.075	4
20 a 59 anos	1.415.078	235.042	59.518	2.787.878	10.256	43
Acima de 60 anos	326.680	52.967	11.346	516.783	1.698	1
Total	2.704.732	392.733	105.307	5.230.214	19.336	59

1.1.1 - Existência de Registro de Nascimento *22.1

Divisão Administrativa	Tipos de Registro		
Município Total	Registro Civil	Declaração de Nascimento obtido na maternidade	Registro Rani
% de Crianças		Município não possui Maternidade pois participa de consócio com outro município.	0
Quantidade de Crianças	910.798		0

1.1.2 Domicílios particulares permanentes, moradores de domicílios permanentes e média de moradores de domicílios particulares permanentes por situação de domicílio *23

Divisão Administrativa	Moradores em domicílios particulares permanentes										
	Tipo de Domicílio				Condição de ocupação do domicílio				Média de Moradores		
	Apartamento	Casa	Casa de Vila ou em Condomínio	HABITAÇÃO EM CASA DE CÔMODO, CORTIÇO OU CA- BEÇA DE PORCO	Alugado	Cedido	Próprio	Outra Condição	1 Morador	2 Moradores	3 ou mais moradores
Município	-			-							
Quantidade	160.563	2.146.134	55.208	3.371	427.943	198.020	1.727.979	11.334	226.837	461.333	1.677.106

1.1.6. Domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento nominal mensal domiciliar per capita *24

Divisão Administrativa	Classe de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo)							Sem rendimento
	Até ¼	Mais de ¼ a ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	
Município Total	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade	278.094	-	537.422	680.142	-	530.487	233.727	105.404

Observação: a fonte *20 a *24 referem-se ao Estado do Ceará. Para municípios de outros estados, deverão ser buscadas fontes de registro de <http://cidades.ibge.gov.br> do respectivo estado do município em questão.

*[20] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/24304>

*[21] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/24304>

*[22 e 22.1] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/24304>

*[23] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/24304>

*[24] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/24304>

5.2 - Indicadores da Saúde

INDICADORES DE SAÚDE: (Conforme instruções de preenchimento o período de referência das informações será sempre o ano anterior ao do preenchimento ou o mais atual possível)

CRIANÇAS COM SAÚDE							
Indicador	Em relação ao pré-natal						
	Quantidade/ Porcentagem de gestantes com início do pré-natal no 1º trimestre de gravidez [2020] *25	Quantidade de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal - Segundo município de residência / Dados atualizados até 08/09/2020 *26	Número de casos confirmados de sífilis congênita em menores de 5 anos [2019] *27	Quantidade/ Porcentagem de gestantes que realizaram o Teste Anti-Hiv e obtiveram resultados antes do parto *28	Quantidade/ Porcentagem de gestantes Vacinadas com tétano Neonatal *29	Quantidade de gestantes com idades entre 10 e 19 anos - Segundo município de residência / Dados atualizados até 08/09/2020 *30	Número de gestantes com sintomas de depressão ou vítima de violência acompanhadas em serviços especializados *31
Total (Quantidade/ Porcentagem)	80%	257	1	100%	100%	51	1

*[25] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[26] Fonte: <http://extranet.saude.ce.gov.br/tabulacao/deftohtm.exe?sim=nasciso.def>

*[27] Fonte: <http://indicadoressifilis.aids.gov.br/>

*[28] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[29] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[30] Fonte: <http://extranet.saude.ce.gov.br/tabulacao/deftohtm.exe?sim=nascido.def>

*[31] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Indicador	Em relação à gestação, parto e puerpério						
	Número de unidades de saúde com oferta de serviços obstétrico no município - Total *32	Total de partos naturais do total de partos registrados no município - Segundo município de residência / [2019] *33	Total de partos cesáreos - Segundo município de residência [2019] *34	Número de partos domiciliares registrados / [2019] *35	Número de atendimento de puericultura registrados *36 jan - jul 21	Quantidade de gestantes com acompanhante antes e durante o trabalho de parto e pós-parto *37	Quantidade de puérperas que tiveram acesso ao alojamento conjunto com o recém-nascido, conforme a lei 1.108/2005 *38
Total (Quantidade/ Porcentagem)	1	192	181	1	568	1.114	105

*[32] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[33] Fonte: <http://extranet.saude.ce.gov.br/tabulacao/deftohtm.exe?sim=nascido.def>

*[34] Fonte: <http://extranet.saude.ce.gov.br/tabulacao/deftohtm.exe?sim=nascido.def>

*[35] Fonte: <http://extranet.saude.ce.gov.br/tabulacao/deftohtm.exe?sim=nascido.def>

*[36] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[37] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[38] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Indicador	Mortalidade Materna			
	Mortalidade Materna Por Faixa etária - 10 a 14 anos / [2018] *39	Mortalidade Materna Por Faixa etária - 15 a 19 anos / [2018] *40	Mortalidade Materna Por Faixa etária - 20 a 29 anos / [2018] *41	Mortalidade Materna Por Faixa etária - 30 a 39 anos / [2018] *42
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	0	0

*[39] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/mat10ce.def>

*[40] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/mat10ce.def>

*[41] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/mat10ce.def>

*[42] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/mat10ce.def>

Indicador	Em relação à criança até 6 anos					
	Quantidade/ Porcentagem de óbitos neonatais do total de nascidos vivos - Segundo município de residência / [2018] *43	Taxa de mortalidade infantil *44	Número de óbitos evitáveis em menores de 5 anos - Segundo município de residência / [2018] *45	Quantidade/ Porcentagem de crianças até 4 meses com aleitamento materno exclusivo / [2015] *46	Quantidade / Porcentagem de crianças menores de 1 ano com vacina pentavalente *47	Quantidade/ Porcentagem de crianças menores de 1 ano com vacina Hepatite B *48
Total (Quantidade/ Porcentagem)	158	8	6	55	136	158

*[43] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/mat10ce.def>

*[44] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/39/0> / (2017)

*[45] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/evita10ce.def>

*[46] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?siab/cnv/SIABSce.def>

*[47] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?siab/cnv/SIABSce.def>

*[48] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Indicador	Em relação à criança até 6 anos						
	Quantidade/ Porcentagem dos nascidos vivos que realizaram a triagem neonatal *49	Total de crianças menores de 2 anos desnutridos / [2015] *50	Crianças menores de 5 anos com pelo menos 1 registro sobre consumo alimentar no SISVAN. *51	Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil - O município ter pelo menos uma unidade certificada. *52	Crianças menores de 5 anos com pelo menos 1 registro de estado nutricional do SISVAN. *53	Quantidade de crianças até 6 anos com obesidade infantil *54	Quantidade de crianças até 6 anos com diabetes *55
Total (Quantidade/ Porcentagem)	100%	5	56	-	56	9	0

*[49] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[50] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[51] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?siab/cnv/SIABSce.def>

*[52] Fonte: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index> / 2020

*[53] Fonte: <http://aps.saude.gov.br/ape/promocaosaude/amamenta>

*[54] Fonte: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index> / 2020

*[55] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Indicador	Em relação à criança até 6 anos					
	Quantidade/ Porcentagem de crianças com até 6 anos com deficiência auditiva *56	Quantidade/ Porcentagem de crianças até 6 anos com deficiência visual *57	Quantidade/ Porcentagem de crianças com até 6 anos com deficiência motora *58	Quantidade / Porcentagem de crianças com deficiência mental *59	Quantidade de crianças até 6 anos com deficiência acompanhadas em serviços especializados no município *60	Quantidade de crianças no município com microcefalia relacionada a Zika congênita *61
Total (Quantidade/ Porcentagem)	14	14	14	14	14	1

*[56] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[57] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[58] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[59] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[60] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[61] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Indicador	Gestão do serviço de saúde					
	Número de equipes de Saúde da Família *62	Taxa de cobertura do PSF (número de famílias cadastradas no PSF) / [2015] *63	Quantidade / Porcentagem de crianças com caderneta de saúde em acompanhamento pelas equipes de saúde. *64	Quantidade/ PORCENTAGEM de unidades da saúde que disponibilizam a caderneta de saúde da criança. *65	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de incentivo ao pré-natal *66	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de incentivo ao parto natural *67
Total (Quantidade/ Porcentagem)	12	8.950	100%	100%	100%	0

*[62] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[63] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?siab/cnv/SIABFce.def>

*[64] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[65] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[66] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[67] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[68] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[69] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Indicador	Gestão do serviço de saúde					
	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de incentivo ao aleitamento materno *68	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da mortalidade materna *69	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da mortalidade infantil *70	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da desnutrição infantil *71	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da obesidade infantil *72	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de preparação de pais visando a paternidade/ maternidade responsável *73
Total (Quantidade/ Porcentagem)	100%	0	0	0	0	0

*[70] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[71] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[72] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[73] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Indicador	Gestão do serviço de saúde				
	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de promoção de ações de saúde auditiva na primeira infância *74	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de promoção de ações de saúde ocular na primeira infância *75	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de promoção de ações de saúde bucal na primeira infância *76	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de atenção à saúde mental na primeira infância *77	Outras Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de incentivo ao pré-natal *78
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	40%	0	100%

*[74] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[75] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[76] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[77] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[78] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[79] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

5.3 - Indicadores da Educação

EDUCAÇÃO INFANTIL

Indicador	Número de creches e estabelecimentos com creches - Total / [2018] *80	Pública / [2018] *81	Privada / [2018] *82	Número de matrículas de crianças até 3 anos na modalidade creche / [2018] *83
Total (Quantidade/ Porcentagem)	4.728	3.491	1.237	179.111

*[80] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[81] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[82] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[83] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

Indicador	Número de matrículas de crianças de 4 e 5 anos e 11 meses na educação infantil . PRÉ-ESCOLA / [2018] *84	Números de centros de educação infantil *85	Números de escolas de educação infantil / [2018] *86	A Secretaria Municipal de Educação está de acordo com as competências gerais da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) *87	O município possui proposta curricular da educação infantil *88
Total (Quantidade/ Porcentagem)	231.497	3	5.272	Sim	Não

*[84] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[87] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[85] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[88] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[86] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

Indicador	Números de professores da educação infantil / [2018] *89	Número de alunos por docentes em creche *90	Número de alunos por docentes em pré-escola *91	Docentes com curso superior em creches *92	Docentes com curso superior em pré-escola *93
Total (Quantidade/ Porcentagem)	25.904	Média de 20 alunos por turma	Média de 20 alunos por turma	25	39

*[89] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[90] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[91] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[92] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[93] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	Quantidade de instituições de educação infantil com ofertas diárias de merenda / [2019] *94	Número de instituições de educação infantil de atendimento integral para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses - Creche / [2019] *95	Número de instituições de educação infantil de atendimento integral para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses / [2019] *96	Número de alunos até 5 anos e 11 meses com necessidades educacionais especiais inseridos na educação infantil *97
Total (Quantidade/ Porcentagem)	541	0	0	17

*[94] Fonte: <http://www.fnade.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>

*[95] Fonte: <http://www.fnade.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>

*[96] Fonte: <http://www.fnade.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>

*[97] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	Número de alunos até 5 anos e 11 meses inseridos em programa de atendimento especializado para crianças com necessidades educacionais especiais *98	Número de salas do AEE / [2019] *99	Número de docentes que possuem especialização em AEE *100	Número de crianças até 6 anos que utilizam transporte escolar *101	Quantidade de instituições de educação infantil que tem representação de pais de alunos no conselho escolar *102
Total (Quantidade/ Porcentagem)	17	4	5	Média de 200 crianças	20 instituições / 100% escolas

*[98] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[99] Fonte: <http://www.fnade.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>

*[100] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[101] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[102] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	Número total de recursos educacionais (biblioteca/ sala de estudo, parque infantil e sanitário infantil) em creches no município *103	Número de recursos educacionais (biblioteca/ sala de estudo, parque infantil e sanitário infantil) em pré-escola no município *104	Quantidade de instituições de educação infantil que contemplam em seus projetos pedagógicos temáticas desenvolvem atividades de educação ambiental *105	Quantidade de instituições de educação infantil que contemplam em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais didáticos referentes a diversidades étnicas-raciais com vista a promoção da igualdade *106
Total (Quantidade/ Porcentagem)	95%	95%	100%	80%

*[103] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[104] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[105] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[106] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	Quantidade de instituições de educação infantil que dispõem e brinquedos e jogos expressivos da diversidade étnico-racial *107	Presença de publicidade infantil em escolas -acho melhor retirar este indicador e colocar como um indicador a ser explorado na pesquisa junto as escolas, por ex: e há publicidade, que tipo? *108	Evasão escolar - Creche (0 a 3 anos e 11 meses) *109	Evasão escolar Pré-Escola (4 a 5 anos e 11 meses) *110	Quantidade de instituições de educação que disponibilizam recreio na Educação Infantil *111
Total (Quantidade/ Porcentagem)	20%, pois os materiais são confeccionados pelos docentes	As experiências são compartilhadas internamente em grupos de professores	0	1	100%

*[107] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[108] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[109] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[110] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[111] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	As creches do município disponibilizam tempo ao ar livre para as crianças? *112	Número de crianças impactadas por programas de educação referente à cultura de sustentabilidade (CRIANÇAS QUE PARTICIPAM DE PROJETOS VOLTADOS PARA A CULTURA E SUSTENTABILIDADE) *113	Número de centros de educação ambiental, museus de história natural ou jardins botânicos *114	Quantidade de escolas que possuem hortas ativas *115	Quantidade de instituições de educação infantil com cantinas com alguma restrição de venda de alimentos potencialmente prejudiciais à saúde da criança *116
Total (Quantidade/ Porcentagem)	Sim	Não	Não	Não	Não

*[112] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[113] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[114] Fonte: Secretaria Municipal de Educação
cada município

*[115] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[116] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Nota: Os dados mais atualizados poderão serem encontrados na SME de

5.4 - Indicadores da Assistência Social

Proteção social básica						
Indicador	Número de núcleos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para crianças de 0 a 6 anos *117	Número de crianças de 0 a 6 anos inseridas nos SCFV *118	Número de grupos de gestantes acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) *119	Número de crianças até 6 anos acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos *120	Quantidade de crianças de até 6 anos recebendo benefício de prestação continuada em relação ao total de crianças residentes no município *121	Número de famílias inseridas no programa bolsa família - junho/2020 *122
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	2	0	17	4.683

*[117] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[118] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[119] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[120] Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>

*[121] Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>

*[122] Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>

Proteção social básica						
Indicador	Número de crianças até 6 anos inseridas no programa bolsa família - Junho/2020 *123	Número de crianças até 6 anos inseridas no CadÚnico / Data Junho/2020 *124	Número de benefícios eventuais (auxílio natalidade) concedidos *125	O município possui programas de visitas domiciliares? Ex: Criança Feliz, PADIN e outros *126	Número de crianças menores de 5 anos deixadas aos cuidados de outra criança com menos de 10 anos de idade *127	Número de cuidadores de crianças menores de 5 anos que receberam informações sobre o desenvolvimento da criança via serviço de saúde, serviço de educação, serviço social ou outros no município *128
Total (Quantidade/ Porcentagem)	1.829	2.152	45	Sim, Criança Feliz e PAIF	0	140

*[123] Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagimrps/bolsafamilia/painel.html>

*[124] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[125] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[126] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[127] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[128] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

Indicador	Proteção social especial (media complexidade)	
	Número de gestantes acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos *129	Número de ações de prevenções contra todos os tipos de violência relacionadas à primeira infância realizadas *130
Total (Quantidade/ Porcentagem)	1	Sim. Foram 3. Campanha de Exploração do trabalho Infantil, Faça Bonito, ECA.

*[129] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[130] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

Indicador	Violação dos direitos de criança				
	Vida e Saúde - Doenças Decorrente de saneamento precário - 01/01/2019 à 31/12/2019 *130	Vida e Saúde - Doença decorrente de falta de vacinação - 01/01/2019 à 31/12/2019 *131	Vida e Saúde - Falta de alimentação ou nutrição - 01/01/2019 à 31/12/2019 *132	Vida e Saúde - Víctima de tentativa de homicídio - 01/01/2019 à 31/12/2019 *134	Vida e Saúde - Atendimento médico deficiente - 01/01/2019 à 31/12/2019 *135
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	0	0	0

Indicador	Violação dos direitos de criança				
	Vida e Saúde - Prejuízos por ação ou omissão de agentes externos - 01/01/2019 à 31/12/2019 *136	Liberdade, respeito e dignidade - Violência física - 01/01/2019 à 31/12/2019 *137	Liberdade, respeito e dignidade - Violência psicológica - 01/01/2019 à 31/12/2019 *138	Liberdade, respeito e dignidade - Violência sexual - 01/01/2019 à 31/12/2019 *139	Liberdade, respeito e dignidade - Mendicância (Atos atentários ao exercício de cidadania) - 01/01/2019 à 31/12/2019 *140
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	0	0	0

Indicador	Violação dos direitos de criança				
	Liberdade, respeito e dignidade - Aliciamento para atividades ilícitas/ impróprias práticas institucionais irregulares - 01/01/2019 à 31/12/2019 *141	Liberdade, respeito e dignidade - Aprisionamento (Cárcere Privado) - 01/01/2019 à 31/12/2019 *142	Liberdade, respeito e dignidade - Discriminação - 01/01/2019 à 31/12/2019 *143	Convivência familiar e comunitária - Abandono (ausência de convívio familiar) - 01/01/2019 à 31/12/2019 *144	Convivência familiar e comunitária - Negligência - 01/01/2019 à 31/12/2019 *145
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	0	0	0

Indicador	Violação dos direitos de criança				
	Convivência familiar e comunitária - Não pagamento de pensão (ausência de condições materiais) - 01/01/2019 à 31/12/2019 *146	Liberdade, Respeito, e Dignidade - Convivência familiar e comunitária - Violência sexual (0 a 6 anos) - Total - 01/01/2019 à 31/12/2019 *147	Convivência familiar e comunitária - Indefinição de paternidade - 01/01/2019 à 31/12/2019 *148	Convivência familiar e comunitária - Inadequação de convívio familiar - 01/01/2019 à 31/12/2019 *149	Convivência familiar e comunitária - Atos atentatórios ao exercício da cidadania (ausência ou impedimento de acesso a meios de transporte, impedimento de acesso à escola; não comunicação ao conselho tutelar de situação de maus-tratos) - 01/01/2019 à 31/12/2019 *150
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	0	0	0

Indicador	Violação dos direitos de criança				
	Educação, cultura, esporte e lazer - Crianças de 0 a 6 anos - 01/01/2019 à 31/12/2019 *151	Educação, cultura, esporte e lazer - Condições educacionais adequadas - 01/01/2019 à 31/12/2019 *152	Educação, cultura, esporte e lazer - Violência na escola - Falta de Segurança - 01/01/2019 à 31/12/2019 *153	Educação, cultura, esporte e lazer - Impedimento de permanência no sistema escolar - 01/01/2019 à 31/12/2019 *154	Profissionalização e proteção no trabalho - Trabalho infantil - 01/01/2019 à 31/12/2019 *155
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	0	0	0

*[130] a [155] Fonte: <https://sipiaconselhotutelar.mdh.gov.br/relatorio/violacoes-por-direito-violado>

Indicador	Em relação à proteção social especial (alta complexidade)		
	Número de crianças de até 6 anos inseridas em acolhimento institucional - 01/01/2019 à 31/12/2019 *156	Número crianças até 6 anos inseridas em famílias acolhedoras (Número de Famílias Acolhedoras) - 2020 *157	Número de crianças até 6 anos inseridas no cadastro nacional de adoção - 01/01/2019 à 31/12/2019 *158
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	0

*[156] Fonte: <https://www.cnj.jus.br/sna/estatisticas.jsp>

*[157] Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagimpr/censosuas/status_censo/relatorio.php#

*[158] Fonte: <https://www.cnj.jus.br/sna/estatisticas.jsp>

5.5 - Outros indicadores

Outros Indicadores: Espaços de Lazer, Espaço - Cidade e Meio Ambiente, Estabelecimentos com produtos de Consumo Infantil; Cobertura elétrica e de Internet; Tipo de Moradia e outros

Indicador	Em relação ao lazer		
	Número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância por localização - Parques infantis *159	Número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância por localização - Brinquedotecas *160	Número de espaços de lazer temporariamente disponibilizados no ano anterior para crianças de 0 a 6 anos (circos, parques de diversão e outros) *161
Total (Quantidade/ Porcentagem)	1	1	0

*[159] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[160] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[161] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/1/79444>

Indicador	Em relação ao consumo			
	"Comércio de produtos alimentícios para crianças até 6 anos (sorveterias, yogurterias, lojas de doces e balas, pontos de comércio de alimentos destinados a nutrição infantil) *162"	Comércio de artigos mobiliários (lojas de móveis para crianças) *163	Comércio de artigos de cama, mesa e banho e/ ou vestuário *164	Comércio de brinquedos, filmes e jogos infantis (Locadoras, lojas de brinquedos) [2018] *165
Total (Quantidade/ Porcentagem)	Sim	Sim	Sim	Sim

*[162] Fonte: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico

*[164] Fonte: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico

*[163] Fonte: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico

*[165] Fonte: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico

Indicador	Em relação à criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente					
	Índice de atendimento urbano de água com rede de abastecimento [2018] *166	Índice de atendimento urbano de energia elétrica com rede de abastecimento - (Índice de consumo de energia elétrica) [2018] *167	"Quantidade de domicílios com disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos *168"	"O município decretou situação de emergência ou calamidade nos últimos 5 anos? (desastre) *169"	Em caso afirmativo, o motivo *170	Número de pessoas atingidas por desastres ambientais nos últimos 12 meses *171
Total (Quantidade/ Porcentagem)	18% / 6.498 um	14.000 a 25.000 MWH	100% aterro municipal	Sim	Estiagem, Pandemia	Não

*[166] Fonte: <http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/#> (2018)

*[167] Fonte: <http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/#> (2018)

*[168] Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura

*[169] Fonte: <https://s2id.mi.gov.br/>

*[170] Fonte: <https://s2id.mi.gov.br/>

*[171] Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Indicador	Em relação à criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente					
	O município possui plano de ocupação e uso do espaço público *172	"Os planos existentes contemplam espaços públicos planejados para serem utilizados especificamente por crianças na primeira infância? *173"	"O município prioriza a inclusão de famílias com crianças até 6 anos nas ações voltadas à melhoria das condições de moradia? *174"	O município possui cobertura de internet móvel? *175	Nº de aglomerados subnormais [2010] *176	"População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais [2010] *177"
Total (Quantidade/ Porcentagem)	Sim	Sim	Sim	Sim	0	0

*[172] Fonte: Prefeitura Municipal

*[173] Fonte: Prefeitura Municipal

*[174] Fonte: Prefeitura Municipal

*[175] Fonte: Prefeitura Municipal

*[176] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama/>

*[177] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama/>

Indicador	Em relação às ações de intersetoriais e de articulação					
	"O município participa da Rede Estadual pela Primeira Infância (REPI) ou da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI)? *178"	"O município desenvolve ações de educação ambiental voltadas à primeira infância? *179"	"O município desenvolve ações de prevenção à violência na primeira infância? *180"	"O município desenvolve estudos e pesquisas na área da primeira infância? *181"	"A formação de profissionais de saúde, educação, e assistência social incorpora a temática da primeira infância? *182"	"Existem leis municipais direcionadas à na primeira infância? Ex: Lei que institui a semana do bebê. *183"
Total (Quantidade/ Porcentagem)	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim

*[178] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[179] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[180] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[181] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[182] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[183] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

Indicador	Em relação às ações de intersetoriais e de articulação				
	O município desenvolve campanhas relacionadas à exposição indevida de crianças na mídia *184	O município já realizou a semana do bebê *185	Porcentagem de arborização de vias públicas [2010] *186	Há algum projeto ou programa que incentive o acesso das crianças e suas famílias as áreas verdes urbanas? *187	Há alguma feira de troca que ocorre regularmente no município? *188
Total (Quantidade/ Porcentagem)	Não	Sim	95,3%	Não	Não. Existe um Projeto para exposição de animais (Feira de Animais)

*[184] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[185] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[186] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama/>

*[187] Fonte: Prefeitura Municipal

*[188] Fonte: Prefeitura Municipal

Indicador	Em relação às ações de intersetoriais e de articulação				
	Há alguma feira de produtos orgânicos ou outros produtos produzidos localmente que ocorra regularmente no município? *189	Há algum incentivo para a produção de alimentos? *190	Existe algum transporte público que leve as crianças e famílias até as áreas verdes da cidade ou unidades de conservação mais próximas? *191	Qual a qualidade das águas que são visíveis na cidade e qual o acesso que temos a elas e aos rios da cidade? *192	Há penalidade e fiscalização para garantir a prioridade e segurança do pedestre? *193
Total (Quantidade/ Porcentagem)	15	Sim. Cerca de 1000 famílias participam do Programa Plantar Melhor (aração de terra)	Sim. Apoio do transporte escolar (Secretaria de educação)	Água potável dos Rios Aracoíaba, Rio Choro e Rio Mazagão	Não. Existe a Lei Municipal para DEMUTRAN, porém não tem aplicabilidade

*[189] Fonte: Prefeitura Municipal

*[190] Fonte: Prefeitura Municipal

*[191] Fonte: Prefeitura Municipal

*[192] Fonte: Prefeitura Municipal

*[193] Fonte: Prefeitura Municipal

5.6 - Participação das crianças

A participação das crianças na elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância abriu a possibilidade de uma fundamentação real sobre a visão das crianças em relação ao local onde estão inseridas. O contexto social e político torna mais evidente o papel que a criança desempenha na sociedade como personagem principal, e tornar essa inclusão uma realidade é promover sua participação como cidadã do mundo, cidadã de seu município, de acordo com o que dispõe a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016:

Art. 4º – As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

II – incluir a participação da criança na definição das ações que lhe dizem respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

Parágrafo único. A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito terá o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã, e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados e processo de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil. (BRASIL, 2016).

As crianças aracoiaenses se reuniram em setembro de 2021 em um evento organizado pelo NUCA e elaboraram as seguintes propostas:

Objetivo	Ações	Prazo	Responsáveis
Empoderamento de meninas e promoção de igualdade de gênero	Promover o fortalecimento da lei municipal que instituiu o dia 11 de outubro como sendo o dia da menina, com: - Abordagem Intersetorial sobre o tema da lei nas escolas, CRAS, CREAS e UBSs.	Primeiro Semestre de 2022 a 2024	Equipes multiprofissionais das secretarias de Educação, Saúde, Proteção Social e Meio Ambiente
	Executar campanhas de valorização das potencialidades femininas (dança, teatro, música, esportes...), com a elaboração de projetos para serem trabalhados o ano inteiro nas escolas e SCFV nos CRAS;		

	Realizar movimentos de valorização da autoimagem feminina, com oficinas semanais abordando temas como a construção da autoestima e valorização dos vários tipos de corpos com os psicólogos do município.		
	Fortalecer, através de campanhas, as ideias de que a menina pode chegar onde ela sonhar, com um grupo de apoio sociocultural de inserção das meninas na sociedade.		
Prevenção da gravidez na adolescência e a promoção do direito à saúde sexual e à saúde reprodutiva	Criar, com as secretarias de Educação, Saúde, Proteção Social e Esporte, um projeto de lei que vise a abordagem da educação sexual e planejamento familiar como disciplina transversal na grade curricular do município, para a turma do fundamental II.	Primeiro semestre de 2022 a 2024	Secretarias de Proteção Social e Cidadania, Saúde e Educação
	Criar um canal de atendimento virtual e sigiloso com profissional da saúde, para tirar dúvidas e prestar esclarecimentos aos adolescentes sobre sexualidade e temas afins.		
	Implantar uma equipe multiprofissional para promover o acompanhamento mensal de grupos de adolescentes, abordando temas como direitos sexuais e reprodutivos.		
	Elaborar projeto de lei que garanta a disponibilização de preservativos para jovens em situação de vulnerabilidades, a cargo do poder público municipal.		
	Promover grupos de apoio com profissionais de nível superior para elaboração e acompanhamento de “projetos/roteiros de vida” a partir da adolescência.		

Enfrentamento ao racismo e às violências	Estabelecer parceria com a UNILAB, para promover projetos afro culturais para os adolescentes do município.	Segundo semestre de 2022	Secretarias de Proteção Social, Educação, Saúde, CMDCA e CMAS
	Trabalhar movimentos de conscientização e respeito racial, acompanhando o calendário de ativação dentro das escolas, CRAS e CREAS.		
	Criar um perfil em rede social e garantir a participação de adolescentes do NUCA em programa de rádio local para discutir assuntos de enfrentamento ao racismo e outras violências.		
	Fortalecer, dentro dos grupos de participação juvenil, o conhecimento acerca das leis que garantem o enfrentamento ao racismo e outras violências, assim como reconhecerem figuras históricas que lutaram por estas garantias de direitos.		
Promover a mitigação dos riscos e impactos das mudanças climáticas	Intensificar, nas escolas municipais e creches, o sistema de coleta coletiva, reciclagem de lixo e consumo consciente.	Segundo semestre de 2022 a 2024	Secretarias de Proteção Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente, CMDCA e CMAS
	Criar grupos de adolescentes nas comunidades para fortalecer e promover os projetos já desenvolvidos dentro do município através da Secretaria do Meio Ambiente.		

6 - EIXOS TEMÁTICOS: AÇÕES, METAS, ESTRATÉGIAS (INDICADORES)

Os indicadores setoriais, fornecidos neste documento, evidenciam que o município vem cumprindo seu papel com olhar mais sensível à primeira infância, embora, mesmo com as ações hoje realizadas pelo município, através de suas secretarias, deva-se abranger o olhar com medidas de melhorias dessas ações.

Segue a listagem de discussões intersetoriais feitas pelo Comitê Gestor da Primeira Infância e as justificativas das escolhas dos eixos estratégicos que cada área irá trabalhar nos próximos 10 anos, assim como os resultados que se pretende alcançar.

6.1 - Eixo Estratégico 1: Crianças com Saúde

Saúde (Fonte: Anexo 3)

- * Fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE), com equipes multiprofissionais;
- * Sensibilização da equipe de saúde no acompanhamento das crianças em sua totalidade;
- * Unificação do banco de dados intersetoriais da Primeira Infância;
- * Reativação dos grupos de aleitamento materno por UBS;
- * Reativação dos grupos de gestantes por UBS;
- * Criação da comissão de maus tratos dentro da área hospitalar;
- * Sistematização do banco de dados da Primeira Infância.

Mesmo o município de Aracoiaba tendo programas e bons resultados nos indicadores voltados para o público de gestantes e para o público infantil com a baixa taxa de mortalidade, programas de vacinação e acompanhamento nutricional se fazem necessários. As discussões foram levantadas e, dessa forma, foi proposta a criação de um grupo de acompanhamento integral dessas gestantes pelas Unidades Básicas de Saúde - UBSs.

Objetivo	Ações	Metas	Resultado	Tempo
Melhorar a qualidade de saúde das gestantes e recém-nascidos e fortalecer os vínculos familiares com a equipe de saúde	Criar grupos de convivência com gestantes nas UBSs	Cobertura de 80% das gestantes cadastradas no município	Melhorar os indicadores de saúde voltados para gestantes e recém-nascidos (pré-natal, aleitamento materno, vacinação)	2023

Fonte: Anexo 6.

6.2 - Eixo Estratégico 2: Educação Infantil

Educação (Fonte: Anexo 2)

- * Sensibilização do Poder Executivo para incluir, no Plano Plurianual - PPA, a construção ou adaptação de prédios para o público da Primeira Infância;
- * Sensibilização do programa para coordenadores de escolas;
- * Sensibilização dos núcleos gestores para estruturar escolas visando atender ao público da primeira infância;
- * Qualificação de profissionais;
- * Sensibilização do Conselho Escolar e coordenadores como prioridade, para incluir e estruturar um material adequado para a Primeira Infância;
- * Equipar as escolas com materiais adequados, estruturais da Primeira Infância;
- * Construção de um equipamento voltado para a Primeira Infância;
- * Implantação de atendimento integral na creche já existente no município.

Para a Educação foi identificado que se faz necessário ter uma atenção melhor às crianças matriculadas na rede de ensino municipal, especialmente aquelas que apresentam necessidades especiais. O município hoje possui estrutura física, mas precisa de capacitação contínua dos docentes, além de materiais lúdicos para o público da Primeira Infância.

Objetivo	Ações	Metas	Resultado	Tempo
Ampliação do acompanhamento formativo de professores não habilitados para a educação especializada	Ofertar cursos, palestras e materiais complementares para formação	100%	Potencialização do trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças portadoras de deficiência	2024

Fonte: Anexo 7.

6.3 - Eixo Estratégico 3: Assistência social a crianças e suas famílias

Assistência Social (Fonte: Anexo 4)

- * Comunicação entre os conselhos de defesa de direitos sobre os casos de violência intrafamiliar;
- * Priorização no atendimento em casos de violência na Primeira Infância;
- * Intensificação da comunicação intersetorial com as equipes multiprofissionais de segurança alimentar voltadas para a primeira Infância;
- * Inclusão, nos grupos de gestantes, de informações sobre o ECA;
- * Implantação de uma unidade de acolhimento para vítimas de violência intrafamiliar;
- * Implantação do Serviço de Convivência para o público da Primeira Infância;
- * Ampliação das metas dos benefícios eventuais voltados para a segurança alimentar.

Identificamos algumas oportunidades de melhorias. Percebemos que as estratégias utilizadas hoje não estão chegando de fato na totalidade desse público e em termos territoriais do município. Além disso, identificamos que a intersetorialidade não se comunica e que falta capacitação dos profissionais sobre a alimentação do sistema SIPIA, o que vem interferindo na promoção de políticas de medidas protetivas para vítimas de violência intrafamiliar, uma vez que os dados estão se perdendo, impossibilitando a falta de acompanhamento. Diante do que foi descrito, a proposta apresentada de criação de uma unidade de acolhimento para famílias que vem sofrendo violência se faz urgente.

Objetivo	Ações	Metas	Resultado	Tempo
Acolhimento de crianças e mulheres vítimas de violência intrafamiliar	Implantar Unidade de Acolhimento para famílias com crianças e mulheres vítimas de violência	100% dos casos acompanhados pelo CREAS	Proporcionar a proteção de crianças e gestantes vítimas de violência doméstica	2024

FONTE: Anexo 8

6.4 - Eixo Estratégico 4: A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente

Meio Ambiente (FONTE: Anexo 5)

- * Envolvimento dos agentes jovens ambientais em ações de orientações intersetoriais de planejamento para a Primeira Infância;
- * Promoção de campanhas intersetoriais (preservação do verde, reutilização de lixo, resíduos sólidos, ciclismo);
- * Utilização dos espaços verdes com atividades lúdicas para preservação do meio ambiente;
- * Inclusão das famílias da Primeira Infância no calendário anual do Meio Ambiente;
- * Envolvimento das famílias dos funcionários da Secretaria do Meio Ambiente na socialização das políticas públicas;
- * Reestruturação de espaços verdes para atividades do público infantil.

Analisamos que o município tem um grande potencial verde a ser explorado no seu território, com a construção de praças, hortas comunitárias, brinquedoteca, porém precisa haver uma requalificação desses espaços ou até mesmo a promoção de ações pelo poder público de incentivo à utilização desses espaços. Percebemos que podemos envolver essas famílias na construção e reutilização desses espaços, fazendo com que se sintam parte de fato de um espaço que já é seu por direito.

Objetivo	Ações	Metas	Resultado	Tempo
Promover espaços verdes comunitários com a participação das famílias (Adote uma árvore)	Incentivar famílias a adotarem, plantarem e cultivarem mudas de espécies nativas, valorizando o espaço verde comunitário	20% por localidade	Minimizar o impacto de áreas suprimidas	2023

Fonte: Anexo 9.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é um instrumento técnico-político, construído por intermédio de um processo democrático e participativo, com a colaboração de diversos atores, tais como: órgãos públicos da administração municipal, poder legislativo, profissionais especialistas que atuam no campo da primeira infância, judiciário, sociedade civil. Ele foi fundamentado, teoricamente, por intermédio do Marco Lógico (2016) e o Plano Nacional pela Primeira Infância (2020), ferramentas que orientam as metas e estratégias que devem ser transformadas em ações que promoverão o desenvolvimento não apenas de políticas públicas mais eficientes e continuadas, mas possibilitam uma perspectiva holística e integrada da criança na faixa etária de 0 (zero) até 06 (seis) anos de idade.

O PMPI do município de Aracoiaba foi construído levando em consideração a intersetorialidade, pilar fundamental para a construção de políticas públicas mais eficientes para a primeira infância, as políticas setoriais que prestam atendimento ao público infantil e, não menos importante, a escuta das crianças e suas famílias, o público de fundamental importância para a construção deste documento. Em outras palavras, este plano propôs uma visão singular, holística, humanizada, plural e sensível sobre a primeira infância.

Isso significa que o diagnóstico realizado pelo município de Aracoiaba contemplou uma dimensão coletiva e aberta às múltiplas diversidades de infâncias aracoiabenses, ou seja, metodologicamente, o plano foi produzido coletivamente em 4 (quatro) etapas, sob a orientação técnica do Instituto da Infância (IFAN), que compõe a Rede Nacional da Primeira Infância, e a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará. Tais ações incluíram: etapa de diagnóstico municipal, metas e objetivos a serem alcançados, aprovação pelo poder legislativo e, sancionado pelo poder executivo, seguirá posteriormente para ser colocado em prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). **Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI)**. Brasília/DF, 2020. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. **Manual de Gestão Municipal do Programa Criança Feliz**/ Edição Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano - SNPDH. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/Manual%20do%20Gestor.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância**. 2. ed. Rio de Janeiro: Centro de Criação de Imagem Popular [CECIP], 2017. Disponível em: http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Guia_Plano_Municipal_Primeira_Infancia_RNPI.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.869**, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=06/10/2016>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. **Marco Legal da Primeira Infância** - Lei 13.257, de 08 de março de 2016. Estabelece princípios e diretrizes sobre as políticas públicas para a primeira infância. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Orgânica da Assistência Social** - Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília/DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília/DF, 1990. Disponível em: outubro de 2020b em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 04 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2020.

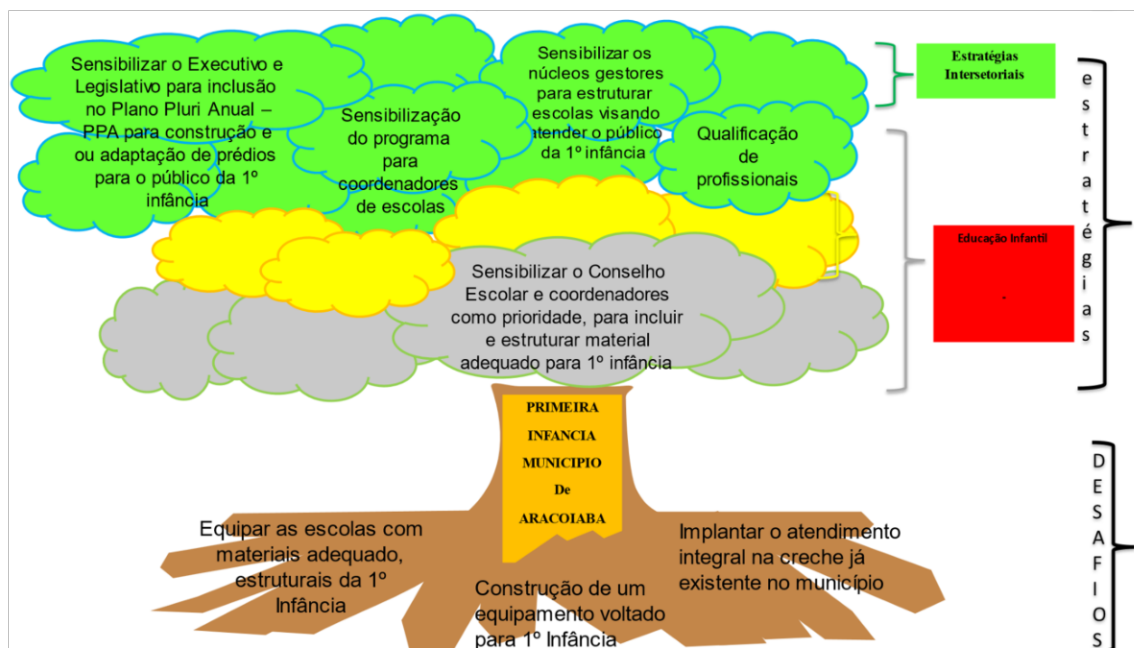
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em 01 jul. 2020.

ANEXOS

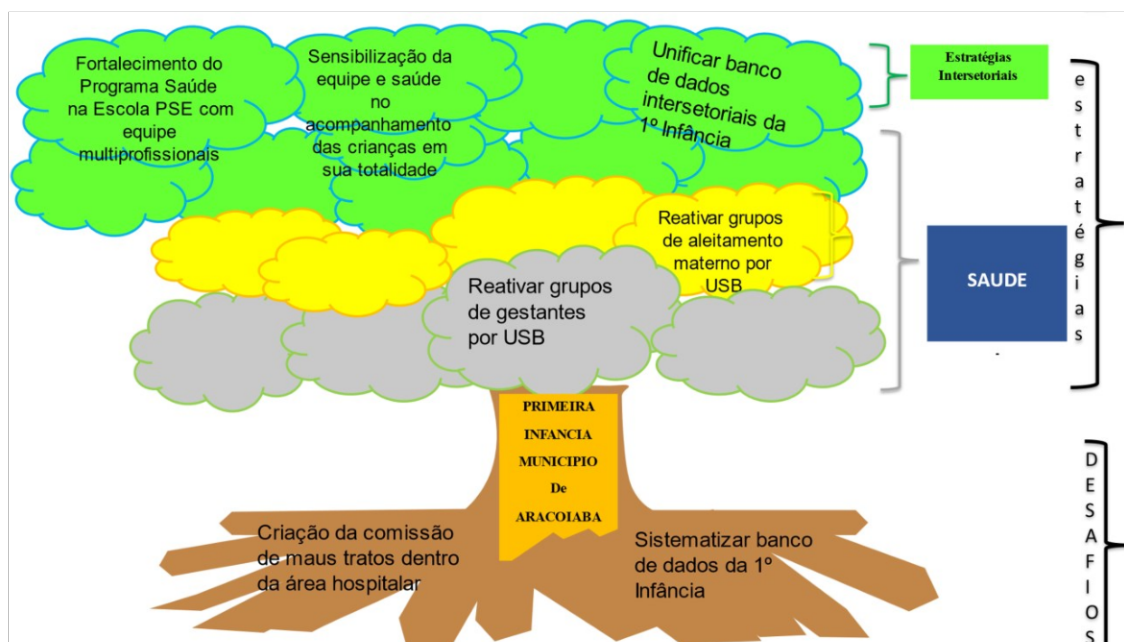
Anexo 1

Área ou Setor (Educação Infantil- Saúde- Assistência Social- Criança – Cidade- Espaço e Meio Ambiente)						
Indicadores	Unidade de Medida Encontrada	Dificuldade existentes	Desafios encontrados		Estratégias para Superação	
			Setor Responsável	Demais Setores intersetorial	Setor Responsável	Demais Setores- intersetorial
Nº de espaços de lazer disponíveis para 1º infância – Parques infantis	1	Ausência de recursos orçamentário para conservação de parques infantis	Meio Ambiente			Infraestrutura
Nº de crianças menores de 5 anos deixadas aos cuidados de outra criança com menos de 10 anos	0	Insuficiência de políticas públicas voltadas para 1º infância	Assistência social - Educação		Aumentar o contingente de recursos humanos e metas dos serviços de convivência para o público atendido	
SIPIA não está sendo alimentado	0	Falta de capacitação dos Conselheiros Tutelares	Assistência social		Realizar curso de capacitação para conselheiros	
Nº de óbitos neonatais do total de nascidos vivos	158	Identificação das causas	Saúde		Capacitação, oficinas com agentes de saúde	
Nº total de recursos educacionais (biblioteca, sala de estudos, parques infantis e sanitários infantil e material pedagógico) em creches e escolas no município	95%	Escolas que atendem o público infantil não tem a infraestrutura adequada e nem material pedagógico suficiente	Educação		Sensibilizar e mobilizar o governo Estadual e Municipal para melhorar as infraestruturas e os materiais pedagógicos das escolas, voltadas para o público da educação infantil	

Anexo 2 – Árvore Educação Infantil



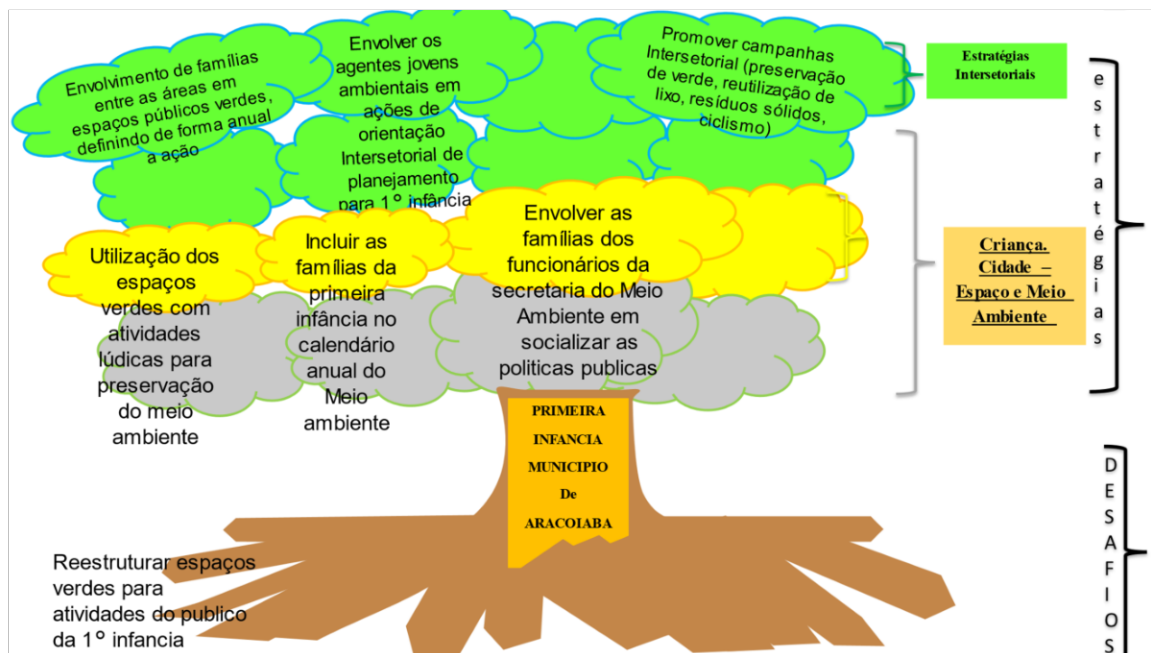
Anexo 3 – Árvore Saúde Infantil



Anexo 4 – Árvore Assistência Social



Anexo 5 – Árvore Meio Ambiente



Anexo 6 - Eixo Estratégico 1: Crianças com Saúde

Resultados: Melhorar os indicadores de saúde voltados para gestantes e recém-nascidos (pré-natal, aleitamento materno, vacinação).

Indicador: Número de gestantes participantes dos grupos de convivência gestacional.

ÁREA Temática	Objetivo	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setor	Inter-setor	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo	Em execução	A ser implantada					
Saúde	Melhorar a qualidade de saúde das gestantes e recém-nascidos e fortalecer os vínculos familiares com a equipe de saúde	Criar grupos de convivência com gestantes nas UBSs.	X	X	Gestantes, Puérperas, recém-nascidos	{01}	{02}	MENSAL	Cobertura de 80% das Gestantes Cadastradas no Município	X	UBSs e Assistência Social	2022

Anexo 7 – Eixo Estratégico 2: Educação Infantil

Resultados: Potencialização do trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças portadoras de deficiência.

Indicadores: Número de professores capacitados e inseridos em programa de atendimento especializado para as crianças com necessidades educacionais especiais.

ÁREA Temática	Objetivo	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução	A ser implantada					
						{01}	{02}					
Educação Infantil	Ampliação o acompanhamento formativo aos professores não habilitados para a educação especializada.	Ofertar cursos/palestras e materiais complementares para a formação	X	X	Professores da educação infantil		X	Anual	100%	X		2024

Anexo 8 – Eixo Estratégico 3: Assistência social a crianças e suas famílias

Resultados: Proporcionar a proteção de crianças e gestantes vítimas de violência doméstica.

Indicadores: Número de crianças e mulheres vítimas de violência doméstica que são acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

ÁREA Temática	Objetivo	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução	A ser implantada					
						{01}	{02}					
Assistência Social	Acolhimento de criança e mulheres vítima de violência intrafamiliar	Implantar Unidade de Acolhimento para famílias com crianças e mulheres vítimas de violências	X		Crianças e Mulheres		X	Continua	100 % dos casos acompanhados pelo CREAS	X		2022

Anexo 9 – Eixo Estratégico 4: A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente

Resultados: Minimizar o impacto de áreas suprimidas.

Indicadores: Número de famílias participantes do Programa Adote uma Árvore.

ÁREA Temática	Objetivo	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução	A ser implantada					
						{01}	{02}					
Meio Ambiente	Promover espaços verdes comunitários com a participação das famílias (Adote uma árvore)	Incentivar as famílias a adotarem, plantarem e cultivarem mudas de espécies nativas valorizando o espaço verde comunitário	X	X	Famílias e poder municipal		X	Anual	20 % por localidade	X		2023